

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

FERNANDA ROSADA DA SILVA CAZANTI

EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS EMANCIPADORAS

MARINGÁ
2024

FERNANDA ROSADA DA SILVA CAZANTI

EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS EMANCIPADORAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso*, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Profa. Dra. Aline Frollini Lunardelli.

MARINGÁ

2024

FERNANDA ROSADA DA SILVA CAZANTI

EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS EMANCIPADORAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso*, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Profa. Dra. Aline Frollini Lunardelli.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Aline Frollini Lunardelli

Profa. Dra. Analice Czyzewski

Prof. Dra. Luciane Guimarães Batistella Bianchini

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, que me deu saúde e força para me ajudar a superar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Agradeço a minha família, meu esposo Dione, pelo amor e companheirismo, por ter acreditado em mim e sempre me incentivar e apoiar, me dando todo suporte emocional que precisei, sem você eu não teria chegado até aqui. Aos meus filhos, Daniela e Davi Lucas, pelo amor incondicional, as duas razões pelas quais eu fiz essa escolha.

Também agradeço aos meus pais, José Ademir e Maria Marli e aos meus sogros, Dilson e Aparecida, por serem a minha rede de apoio, por cuidarem com tanto amor e carinho dos meus filhos enquanto eu me dedicava aos estudos.

Agradeço a minha orientadora, professora Aline, que me inspira desde o início da graduação, pelos seus conhecimentos, pelo olhar humano com a educação e pela sua atenção e paciência comigo neste trabalho de conclusão de curso.

Por fim, agradeço às professoras Analice e Luciane, por aceitarem fazer parte da minha banca para acrescentar seus saberes neste trabalho. Em especial a professora Analice, que me acolheu e me deu suporte emocional em um momento difícil da graduação. E a todos os professores, que participaram significativamente da minha formação.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar pressupostos de perspectivas pedagógicas que não sejam baseadas em uma educação punitivista e violenta. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica e fizemos uma busca na plataforma *Google*, em dezembro de 2023 e janeiro de 2024, de materiais de divulgação de escolas paranaenses que têm como pressuposto uma educação não violenta. Adotamos como referencial teórico os estudos de Adorno (1995), Moysés e Collares (2020), Machado (2008) e Machado e Sayão (2017) a respeito da barbárie e formação humana, os mecanismos de patologização da vida, novas formas de atuar pedagogicamente e transformar práticas escolares, respectivamente. A saber, nove propostas pedagógicas foram selecionadas e analisadas. Diante disso, não identificamos proposta pedagógica que apresenta um projeto específico de educação não violenta. Foram encontrados apenas materiais que tratam superficialmente da necessidade de diminuir a violência nas escolas, assim como propostas educacionais que apresentam pontos em comum, como a preocupação em garantir o contato da criança com a natureza relacionando-o ao desenvolvimento da autonomia e a evidente diferença da menor quantidade de propostas e projetos na rede pública do que na rede privada de educação. Considera-se, contudo, que é preciso promover projetos intencionalmente direcionados à educação humanizadora que visam construir caminhos e estratégias para o enfrentamento das diferentes situações de violência, sabendo que, enquanto persistirem as condições sociais e materiais objetivas que geram a semiformação, não teremos condições concretas para a transformação social, mas buscamos nas contradições brechas para lutar a favor de uma formação emancipadora.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; educação não violenta; educação emancipadora.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
2.1 Pressupostos teóricos.....	12
2.2 Procedimentos Metodológicos	18
3 ANÁLISE DOS DADOS	21
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretendeu investigar formas não violentas de educação expressas em material de divulgação de escolas do Paraná. Vivemos em uma sociedade autoritária, na qual valores e comportamentos estão fundados na obediência às leis, nos bons costumes e na busca de encontrarmos culpados ao individualizarmos problemas sociais. Trata-se de um contexto que permeia muita violência e que utiliza da punição dos violentadores e não da proteção dos violentados, afirma Lazzari (2013). Práticas repressivas e violentas contra as crianças e jovens vêm sendo utilizadas como modos de prevenção de comportamentos indesejáveis, com foco na formação de cidadãos obedientes que consigam se adequar à sociedade.

Pertencentes a uma sociedade de direitos, as crianças e os adolescentes são assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual traz que toda criança e adolescente são sujeitos de direitos com proteção e garantias específicas, direitos fundamentais relacionados à vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e proteção no trabalho. De acordo com o ECA (1990), são consideradas crianças as pessoas que possuem até doze anos de idade incompletos e adolescentes de doze a 18 anos.

Como direito da criança, disposto no art. 7º, toda criança e adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde amparados pelas políticas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Também está disposto no seu art. 15º que a criança e adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento, dentre os aspectos relacionados à liberdade está o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se, assim como é dever de todos zelar pela dignidade da criança, pondo-a a salvo de qualquer tratamento violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor por meio do art. 18º.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. [...] (Brasil, 1990).

Assim, também, a constituição prevê o direito à educação em seu art. 205º:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] (Brasil, 1988).

E como direito de todos, a escolarização obrigatória e gratuita se dá a partir dos 4 anos de idade, ao ingressar na educação básica, deste modo, a escola assume sua função social de oferecer subsídios para o ingresso, permanência e formação, acompanhando e dando suporte para o desenvolvimento e aprendizagem, ao mesmo tempo garantindo que situações de violência e negligência não aconteçam.

Partindo destes direitos, esta pesquisa voltou seu olhar para práticas pedagógicas acolhedoras e humanizadoras que promovam a formação humana e o desenvolvimento infantil, ao contrário das práticas de punição que são frequentes no cotidiano escolar.

Como estudante do curso de Pedagogia, durante os estágios obrigatórios em escolas de educação infantil, vivenciei momentos e ouvi exemplos de outras estudantes em que esses direitos foram violados. Assim também como mãe de duas crianças em idade escolar, que estudam no ensino fundamental, ouço relatos tanto dos meus filhos quanto de outras mães de que práticas de punição são frequentes, como, por exemplo, ficar sem recreio, perder aulas de educação física, ficar sem brincar para fazer atividades repetitivas, além de gritos e ameaças. Essas práticas punitivistas acontecem como estratégias para supostamente resolver as dificuldades de aprendizado da criança, mas são práticas invisíveis de violência.

Em nossa sociedade frequentemente somos submetidos a padrões de comportamentos aceitáveis, e quando não atingimos esses padrões e não nos moldamos a eles, incomodamos a maioria e acabamos sendo vítimas de questionamentos. Moysés e Collares (2020), pesquisadoras da área de Educação e Medicina, buscam entender as questões do processo de medicalização de ensino-aprendizagem nas escolas, no qual a normatização da vida tem transformado os problemas coletivos de ordem social em distúrbios, atribuindo-lhes causas individuais biológicas. Tais desvios de padrões estão ligados aos comportamentos, aos modos de agir e de se relacionar em sociedade.

Passamos por diferentes momentos de organização de nossa sociedade e do modo como nos relacionamos, recentemente ocorreu o período da pandemia do COVID-19, as relações e interações nos ambientes externos se tornaram mais

enfraquecidas, tanto no âmbito familiar e social quanto no escolar. A educação e o processo de ensino e aprendizagem se dão em momentos de intensa atividade, envolvendo o pensar, sentir e agir. Becker *et al.* (2019) nos alertam sobre os riscos que a forma de organização da sociedade está trazendo à saúde física e mental das crianças e destacam que é necessária uma reorganização das práticas do cotidiano escolar para proporcionar momentos significativos em ambientes fora da sala de aula, em contato com a natureza, pois permitem vivenciar experiências importantes e estabelecer conexões positivas com o outro.

A crescente falta de contato com a natureza, de poder brincar e aprender com a - e na – natureza, segundo Becker *et al.* (2019), trazem consequências relacionadas a problemas de saúde na infância e na adolescência, além de obesidade, sedentarismo, falta de equilíbrio, agilidade e problemas comportamentais.

Neste trabalho desenvolvemos uma crítica a este cenário, de encaminhar cada vez mais as crianças a diagnósticos desenfreados de transtornos, de rotulá-las de acordo com padrões de comportamento. Voltamos o olhar às condições sociais e escolares que temos vivido e um tema importante para pensarmos sobre isso é a forma que educamos as crianças com ameaças e punições, violências invisíveis, se manifestando de diferentes formas, seja com gritos, ameaças, desqualificando os alunos dizendo que não são capazes e também com retiradas de momentos de lazer como ficar sem recreio, sem educação física, sem brincadeiras enquanto fazem atividades em sala de aula de repetição, reescrita e tantas outras formas de repressão.

Segundo Moysés e Collares (2020), o crescente aumento de diagnósticos desvia a responsabilidade do professor, com isso a instituição escolar se isenta de suas ações e legitima o problema da não aprendizagem como decorrente de uma doença. Além de causar prejuízos às crianças, há uma crescente desvalorização dos professores; as autoras fazem um alerta: a desqualificação do trabalho pedagógico estimula a entrada de outros profissionais no espaço escolar. Com a manutenção das tradicionais práticas pedagógicas, a criança ainda continuará não aprendendo e as doenças vão aumentando em taxas alarmantes.

Em seu estudo, Patto (2022), que é psicóloga e pesquisadora no campo da psicologia sobre o processo do fracasso escolar, contribui com subsídios para entender o motivo de tantos índices de reprovação e evasão escolar, a autora reitera o silenciamento que está sendo produzido. As ilusórias políticas públicas de inclusão

mascam a qualidade da educação quando adotam medidas educacionais como eliminar repetência e oferecer classes de aceleração para regular o fluxo escolar e o aluno conquistar seu diploma, no entanto, os problemas essenciais acabam sendo esquecidos refletindo na qualidade do ensino.

Discutir sobre desenvolvimento infantil é essencial para ter mais práticas pedagógicas significativas, que farão sentido para as crianças e reconhecer que o comportamento tem influências de todo ambiente no qual ela vive, e que ela é a expressão do movimento.

Atualmente um grande número de alunos que possuem dificuldades de aprendizado são encaminhados para diagnósticos de transtornos de aprendizado. Uma pesquisa feita por Christofari (2022), que analisou a documentação pedagógica das crianças que frequentam um serviço de atendimento educacional especializado, investigou como são produzidos os modos de ser e aprender de crianças, por colocarem em xeque a prática de uma educação homogeneizadora e se tornarem mais rapidamente sujeitos de discursos medicalizantes. A autora destacou em sua pesquisa registros pedagógicos como pareceres de creches, pré-escolas e/ou escolas, com relatos de professores e outros profissionais que acompanham a criança e conversas com responsáveis, incluindo anamneses e laudos médicos. Christofari (2022, p. 687) descreve:

Os enunciados encontrados na documentação pedagógica balizam a ideia de que as crianças que desafiam, interpelam as professoras em relação às práticas pedagógicas seja pela aprendizagem ou pelo comportamento estão expressando o sintoma de alguma provável patologia. “Não param, não sentam na rodinha para escutar história, não respeitam regras, são resistentes em fazer o que se pede”, dizem os discursos referentes às crianças muito pequenas [...].

A autora apresentou em outro relato o parecer de uma professora referente a uma criança de três anos, descrevendo comportamentos comuns nessa idade como dificuldades de concentração, de aceitar regras, de organizar tarefas, instabilidade emocional, impaciência e resistência em esperar a sua vez, interesse por pinturas, mas se dispersa rapidamente, e julga esses comportamentos como inadequados precisando de uma avaliação especializada.

Deste modo, a autora destaca que tais comportamentos de inquietação e de exploração do mundo são esperados para a faixa etária e que discursos como esses impulsionam a medicalização e a patologização da infância, secundarizam as relações sociais e a apropriação da cultura como aspectos fundamentais para a constituição e

desenvolvimento humano. Assim, reafirma que o processo de rotular e normatizar os comportamentos das crianças é uma prática recorrente, produzindo visões reducionistas que explicam comportamentos infantis pela via individual biologizante.

A busca por diagnósticos e as tentativas de explicar o que é desviante do comportamento esperado e adequado da criança na escola e na família, reduzem a criança e determinam uma classificação. Veneza e Viégas (2020), pesquisadoras do campo da psicologia escolar e educacional e da medicalização da vida escolar, analisaram o impacto do diagnóstico de transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) na vida de uma criança.

Segundo as autoras, os critérios de diagnósticos e tratamentos têm sido objeto de críticas significativas e têm se reduzido a um processo de patologização da vida, na qual vem se desconsiderando as determinações sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais. Destacam nos seus estudos os eixos fundamentais, a etiologia, o diagnóstico e tratamento oferecido aos transtornos que merecem uma análise mais profunda.

Referente à etiologia, Veneza e Viégas (2020) explicam que, apesar do avanço tecnológico, no transtorno não foi encontrada alteração orgânica que possa ser considerada sua causa e a relação entre os planos cultural e biológico está sendo desconsiderada. Quanto ao diagnóstico, citam a “tríade sintomatológica clássica”, caracterizada por desatenção, hiperatividade e impulsividade, nas quais esse diagnóstico é construído por aplicação de questionários que transpõem comportamentos em sintomas, desconsiderando a diversidade da vida. Por fim, em relação ao tratamento que é predominantemente medicamentoso, alertam sobre os efeitos psíquicos e comportamentais na criança e a falta de evidências de seus efeitos ao sistema nervoso central.

Deste modo, enfatizam o quanto são necessários estudos que busquem descobrir os impactos desses diagnósticos na vida de crianças e adolescentes. Veneza e Viégas (2020), acompanharam e analisaram uma criança de 10 anos diagnosticada com TDAH que, aos 5 anos de idade, devido a sua dificuldade de aprendizado e queixas de comportamento como não parar quieto, dificuldades de socialização, rasgar e riscar cadernos, foi encaminhado a um acompanhamento especializado com psicopedagoga.

Ao longo das experiências escolares do aluno, muitos aspectos concretos da escolarização não eram levados em conta e tão pouco mencionados nos relatórios como: descuidos vivenciados na educação infantil, espaço inadequado no início da alfabetização, reforma da escola levando a estudar em espaços improvisados e troca constante de professoras durante o ano. Com o passar dos anos, a família foi sendo pressionada pela escola para buscar um diagnóstico, apesar de exames como encefalograma, comprovando que não havia anormalidades. Assim, a família foi a procura de um neuropediatra que o diagnosticou com um possível espectro autista seguido com a prescrição de medicamento.

Ao iniciar o tratamento, mesmo a família sendo contra, a criança teve uma piora no seu comportamento, a irritabilidade aumentou, a agressividade e alucinações apareceram e o semblante de feliz, alegre e carinhoso desapareceu. Por conta própria, a família decidiu retirar o medicamento, um período difícil devido à instabilidade do humor, que passou com o tempo.

Neste estudo de caso, Veneza e Viégas (2020) relatam que, quando a criança passou a frequentar um espaço coletivo privado, uma casa espaçosa, acolhedora, com piscina e área verde onde viviam alguns animais, no contraturno escolar, e que desconsiderou o diagnóstico/rótulo da criança, o aluno apresentou significativos avanços no seu desenvolvimento. Como está no seguinte relato da professora do contraturno:

Eu não ligo para diagnóstico fechado! Eu acredito no ser humano, como diferente de forma integral, porque a gente tende a olhar as pessoas por pedaços, temos que olhar a pessoa inteira. Esse sujeito é emoção, sentimento, ele é angústia, é social, cultural, cognitivo... Então, a gente precisa retirar esses rótulos das nossas crianças para poder ver com elas realmente são e acreditar em suas potencialidades. Eu queria que as pessoas entendessem que elas podem sempre mais. Cada uma tem seu jeito de ser, suas dificuldades, potencialidades e deficiências[...] (Veneza; Viégas, 2020, p.56).

Esse relato evidencia que o olhar atento, o espaço físico amplo e integrado com a natureza, estratégias pedagógicas acolhedoras e adequadas foram potencializadoras para o desenvolvimento, assim como desconsiderar o diagnóstico que aprisionava essa criança, que a colocava em condições limitantes e incapacitantes, fugindo das normas e padrões de comportamentos e aprendizagem. Tudo isso demonstra como ainda os professores e a comunidade escolar estão cada vez mais na direção de reproduzir concepções medicalizantes, ao classificar e explicar

os comportamentos desviantes por via biológica desconsiderando as condições objetivas e subjetivas dos alunos.

As autoras enfatizam que é necessário olhar além do rótulo, focar nas especificidades e buscar as potencialidades, não fixando apenas nas limitações e reforçando que a criança precisa de intervenções pedagógicas que respeitam as diferenças nas formas de aprender, ser, pensar e agir.

Muitas práticas pedagógicas estão sempre condicionadas às salas de aula, e quando as crianças apresentam problemas de aprendizado estão sujeitas às atividades de repetição como práticas punitivas, limitantes que não enxergam o aluno por inteiro e desencadeiam uma forma de violência contra ele, não tendo um olhar acolhedor, logo não é respeitado.

O efeito indiscriminado do encaminhamento de alunos para diagnósticos de transtornos de aprendizagem está levando à rotulação e classificação dos alunos e ao invés de pensar em estratégias para mudar as práticas pedagógicas, respeitando a particularidade da criança, o caminho está sendo contrário, práticas pedagógicas mais tradicionais e violentas estão acontecendo.

Esta área sobre os problemas de aprendizagem é muito estudada e discutida pela psicologia e pela medicina, pois envolve alterações no comportamento e na comunicação do aluno, e quase sempre levam a um diagnóstico, porém como esses comportamentos interferem no processo de ensino-aprendizagem, está sendo detectado cada vez mais precocemente.

Os professores são os profissionais que estão em contato direto com as crianças nas escolas e são eles que acompanham o desenvolvimento e os primeiros a perceberem suas dificuldades. Deste modo, este trabalho trás contribuições da área da Educação, para pensar em práticas pedagógicas mais acolhedoras e não violentas, assim como sair do ambiente enclausurado da sala de aula para também propiciar práticas pedagógicas significativas em outros espaços escolares.

Precisamos analisar o sujeito não de uma forma individual, mas a partir de todas as relações que ele possui na escola que interferem no seu desenvolvimento, assim todas elas devem ser levadas em consideração, porque a formação humana se dá em diferentes espaços sociais e coletivos.

É dever da escola, em suas práticas pedagógicas, que os alunos tenham a oportunidade e os estímulos para o seu desenvolvimento, e ao normatizarem,

rotularem os alunos com dificuldades de aprendizado, impõem limitações de desenvolvimento e são vistos como incapazes de aprender, pois não atingem o padrão esperado.

Quando a criança sai do ambiente de sala de aula, seus processos cognitivos ficam mais estimulados e as dificuldades desaparecem, ao brincar ela também desenvolve suas capacidades cognitivas superiores, como memória, atenção, linguagem, criatividade e planejamento, porém na escola as práticas são cada vez mais tradicionais e quando apresentam dificuldades e não acompanham a turma, a criança é punida não podendo brincar, sair para o recreio, fazendo atividades de cópias repetitivas, sofrendo várias formas de violências.

A educação violenta, como vimos, pode se expressar de diferentes formas, não se refere somente a agressões físicas, mas envolve também violência verbal, psicológica, sexual e toda forma de preconceito. Com o objetivo de discutir formas não violentas de educação, Lunardelli *et. al* (2023) realizaram um projeto de extensão, vinculado à Universidade Estadual de Maringá, com famílias de alunos de uma escola pública. O projeto propôs se contrapor à patologização e medicalização das relações de ensino e de aprendizagem, ao construir propostas educativas não violentas.

Lunardelli *et. al* (2023, p. 2) explicaram que a finalidade do projeto foi “[...] convidar a família a repensar, de forma coletiva, as práticas violentas replicadas de geração em geração, debatendo as dificuldades e angústias que enfrentam na criação de seus filhos[...]”.

Mediante as necessidades relatadas pela equipe pedagógica escolar e pelas professoras, voltadas para a preocupação com as crianças com dificuldades de aprendizado e a grande ausência da participação dos pais nas reuniões escolares, as pesquisadoras realizaram um encontro com espaço acolhedor e de escuta, fugindo da tradicional reunião escolar que trata dos problemas dos alunos.

As autoras entendem que:

[...] para promover uma educação não violenta é necessário, dentre outros elementos, que as famílias possam estar na escola para expor suas opiniões a respeito da temática, falando sobre suas preocupações e demandas na criação de seus filhos[...] (Lunardelli *et. al*, 2023, p. 2).

O projeto deslocou o foco de encontrar culpados e procura compreender o aluno, a escola e a família dentro do processo do não aprender da criança. Também foi contra a busca de diagnósticos que justifiquem a não aprendizagem e compreender

o aluno em suas relações. Esclareceram que nossa sociedade ainda está estruturada em uma educação baseada na força e na disciplina, na indiferença contra a dor, na frieza, na tendência à desumanidade e na incapacidade de identificação.

Embora alguns autores já terem estudado essa temática, ainda há muito para se investigar, assim esta pesquisa trouxe a seguinte questão: **Quais os pressupostos de perspectivas pedagógicas que não sejam baseadas em uma educação punitivista e violenta?** Pretendemos com este trabalho ir na contramão da ideia de rotular, buscar doenças e explicações nas crianças, mas sim, focar nas relações, nos espaços, nas construções sociais que são feitas, bem como nos ambientes e nas práticas pedagógicas que as crianças estão inseridas e ter uma formação para autonomia e emancipação.

Assim sendo, tivemos neste estudo o objetivo geral de investigar quais os pressupostos de perspectivas pedagógicas que não sejam baseadas em uma educação punitivista e violenta. Em vista disso, nossos objetivos específicos foram: identificar, a partir do referencial teórico da pesquisa, como se dá o desenvolvimento infantil na formação para emancipação; levantar e analisar propostas pedagógicas que têm como pressuposto a educação não violenta.

É preciso pensar na formação que envolve tantos espaços e entender mais sobre o desenvolvimento infantil e humano, percebendo a infância e suas características, assim como o profissional de educação deve compreender esse processo para organizar estratégias pedagógicas para lidar e superar as dificuldades dos alunos. Deste modo, produzimos novos conhecimentos sobre propostas pedagógicas emancipadoras e nos deparamos com diferentes estratégias de ensino baseadas na educação não-violenta.

A seguir, nas próximas seções apresentaremos o referencial teórico metodológico, a análise dos dados encontrados e por fim as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 Pressupostos teóricos

Esta é uma pesquisa bibliográfica que se fundamenta em uma perspectiva crítica de educação e de psicologia a partir das contribuições de Adorno (1995), que traz os pressupostos para entender a formação humana numa sociedade violenta. Este estudo se baseia principalmente no livro “Educação e Emancipação”, que reúne palestras e entrevistas que o filósofo deu para a rádio entre 1959 e 1969, nas quais analisa diversas temáticas, dentre elas a educação e a formação humana. A partir dos conceitos de barbárie e emancipação, o pensador apresenta um princípio indiscutível ao se pensar a educação, para que a barbárie não se repita, afirmando que “[...]é preciso elaborar o passado e criticar o presente prejudicado, evitando que este se perdue e, assim, que aquele se repita” (Adorno, 1985, p. 11).

Adorno foi um filósofo influente da Escola de Frankfurt, na Alemanha, a qual se baseava nos fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade, que busca, além de outras questões, entender os aspectos sociais e psíquicos que impedem a emancipação social. Sua filosofia foi construída em um contexto histórico marcado principalmente pela Segunda Guerra Mundial, em que se instaurou um regime autoritário permeado por muita violência e que houve um extermínio de milhões de pessoas.

No livro “Educação e Emancipação”, Adorno (1995) faz um alerta aos educadores em relação à determinação social do processo formativo humano. Levanta a questão e nos faz refletir que a sociedade desenvolvida intelectualmente, tecnologicamente e culturalmente, que permite o seu avanço, é a mesma que leva à manutenção da barbárie. Esta é a contradição apontada pelo autor, a educação que pode produzir o desenvolvimento também produz violência.

Assim é necessário pensar sobre as alternativas e mudanças na educação e na sociedade que deverão ser efetuadas para formar indivíduos esclarecidos capazes de interromper as condições que geram violência.

Adorno (1995) questiona a formação humana a partir de determinada forma social assumida pelo trabalho. Conhecido como o autor da “Dialética do Esclarecimento”, traz o conceito de indústria cultural que diz respeito à disseminação das formas de agir e de pensar e ao consumo de produtos que não estimulam a

reflexão do indivíduo, ao contrário, promovem a alienação, de tal forma que as vontades do indivíduo são subordinadas às da economia e da política, e a cultura passa a ser algo desvinculado da realidade e das necessidades objetivas do indivíduo se tornando um bem vinculado ao mercado.

A explicação dessa falta de reflexão do indivíduo, Adorno (1995) remete ao conceito de semiformação, como sendo o processo de formação que se apropria da cultura formada e gerada pela indústria cultural, por não promover a reflexão do indivíduo, estimula o comportamento de conformismo e adaptação.

O autor também analisa que as próprias condições que a sociedade está organizada e estruturada estimulam comportamentos autoritários e violentos. Adorno (1995) enfatiza que enquanto não forem alteradas as condições subjetivas e objetivas que produziram toda a barbárie, a extrema violência, corre-se o risco de que novas tragédias continuem acontecendo.

Assim, Adorno (1995) chama a atenção que se devem tornar conscientes os mecanismos que tornaram os homens capazes de atos tão violentos, para evitar que ocorram novamente. Que é preciso mudar a ideia de que a educação está somente para o desenvolvimento técnico de habilidades para o trabalho, mas sim, é preciso refletir, pensar a história na experiência com o outro, com o diferente.

Passamos por várias práticas formativas e o modo como nossa sociedade está organizada e configurada é sinal de que a estrutura da barbárie permanece na sociedade, ou seja, ainda está nos indivíduos e em suas relações. Conforme Adorno (1995, p. 181) explica:

[...] a organização social em que vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações; enquanto isso ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência.

Voltando nosso olhar para a escola, são nas práticas escolares e nas relações que permeiam todo o ambiente escolar que comportamentos como os gritos, castigos, punições e ameaças vão se reproduzindo, assim como toda a tentativa de classificar e padronizar comportamentos, naturalizando as situações de violência.

Além de Adorno (1995), buscamos também contribuições em autoras contemporâneas como Moysés e Collares (2020), que vão nos trazer aporte para entendermos os mecanismos de patologização da vida, processo em que se

transformam comportamentos normais em doenças, oferecendo também subsídios para entendermos os mecanismos de aprisionamento e silenciamento quando rotulamos os indivíduos.

Embasados em Moysés e Collares (2020), analisamos que o mecanismo de classificar comportamentos e rotular um aluno e o aprisionarmos em uma determinada característica é silenciamento. Atualmente estamos sendo submetidos a outro modo de violência, segundo as autoras, essa violência vem sendo exercida por meio dos diagnósticos e laudos médicos e psicológicos assegurados pelo processo de medicalização e patologização da vida e a medicina acaba por assumir o controle social.

Tecem crítica sobre a padronização do comportamento humano, na qual devemos agir dentro da normalidade, na repetição de padrões considerados normais. Para as autoras, a patologização desconstrói os direitos da pessoa, e problemas de ordem coletiva são transformados em questões individuais.

Na tentativa de deixar uma sociedade homogênea e silenciar os conflitos existentes, busca-se soluções em diagnósticos e tratamentos que, segundo Moysés e Collares (2020), fazem com que as pessoas percam suas subjetividades, não conseguindo conquistar autonomia e vão sendo transformados em mentes docilizadas.

Ao naturalizar a medicalização da vida, se destrói os direitos humanos, transformam problemas coletivos, de ordem social e política em problemas individualizados. Assim, se tira do cenário todos os processos que caracterizam uma vida em sociedade como a cultura, os valores, os afetos, a organização social, reduzindo a complexidade da vida.

É necessário compreender que há muitas formas de violências, como a desigualdade social e de acesso à cultura; a entrada na escola não é garantia que o aluno terá alcance aos processos de ensino-aprendizagem. Novas formas de violência acontecem quando atribuem rótulos de fracassados e incapazes, segundo Moysés e Collares (2020), o indivíduo poderá levar essa crença por toda vida, sendo o único responsável pelo seu fracasso.

O silenciamento dos indivíduos vem acontecendo cada vez mais precocemente, segundo pesquisas de Moysés e Collares (2020), crianças no processo de escolarização vêm sendo acometidas com diagnósticos de transtornos

devido às suas dificuldades de aprendizado e alterações no comportamento e, conseqüentemente, são expostas a medicamentos, drogas psicoativas que causam danos neurológicos irreversíveis. Não estão sendo levados em consideração sua história escolar e os conflitos que se manifestam na escola. Defendem que é necessário resistir a esses processos de medicalização para que pessoas sejam consideradas sujeitos de fato e não classificar crianças e adolescentes por meio de observações reducionistas.

Medicalizar comportamentos e aprendizagens podem ser ainda mais preocupantes, pois, de acordo com as autoras, é uma forma de ocultar agressões, violências físicas e psicológicas:

A análise das histórias de 150 pacientes revelou que todos eram atendidos em serviços médicos, com diagnósticos de transtornos neuropsiquiátricos. Em nenhum, nenhum profissional suspeitou da violência sofrida; os “diagnósticos” eram sempre localizados nos/as jovens. Dificuldades de aprendizagem, déficit de atenção, agressividade, hiperatividade e fracasso escolar eram 68,54% dos 213 “diagnósticos” realizados. Dos 150 jovens, os 127 com mais de 5 anos de idade recebiam drogas psicoativas prescritas por médicos; 63% tomavam associações de drogas em doses crescentes há mais de um ano, sem melhoras; 18% haviam recebido psicotrópicos por mais da metade de sua sofrida vida; 1/3 desses jovens eram anteriormente acompanhados no próprio Hospital de Clínicas, sem que se suspeitasse das agressões. Alguns já apresentavam danos neurológicos irreversíveis; as cicatrizes psíquicas eram indelévels e irremediáveis em todos (Pfeiffer, 2011). [...] (Moysés; Collares, 2020, p. 41.)

Para conseguirmos ter esse outro olhar, como profissionais da educação, trouxemos as contribuições de Machado (2008) com novas formas de atuar pedagogicamente e ideias sobre como transformar nossas práticas escolares, acrescentando o olhar da psicologia diretamente nas práticas pedagógicas, pois em suas pesquisas acompanha no ambiente escolar os trabalhos dos professores e ajuda a investigar, pensar hipóteses, ampliar o campo de análise e discutir ações em relações às suas problemáticas.

A educação, explica Machado (2008), é um processo imprescindível para a formação do sujeito e é na escola que o aluno tem a oportunidade de participar de processos formativos como ler, escrever, calcular quantidades, dialogar, fazer amigos, questionar, se expressar. Porém, estão sendo pouco viabilizadas, pois questões sociais vividas no cotidiano escolar como a violência, pobreza, sofrimento, solidão, más condições de trabalho e excesso de aulas se tornam um impeditivo de produzir práticas pedagógicas significativas.

A autora nos alerta que vivemos um campo de relações de forças, que estimulam a competição entre os indivíduos, a necessidade do consumo exagerado, comportamentos inquietos, corpos imperfeitos e que geram um adoecimento social. Nas vivências do cotidiano, como a professora que tira o aluno da sala de aula pensando que vai promover algum efeito positivo em sua educação ou a mãe que tem seu filho com deficiência e acredita que é melhor silenciá-la, que são reproduzidas as diferentes formas de violência. Defende que é preciso pensar coletivamente, produzir discussões na área da educação, pensar hipóteses e criar estratégias sobre o fazer no cotidiano escolar, rompendo com o pensamento hegemônico.

Os problemas que perpassam a escola com os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem se tornam amplos na medida em que esses alunos vão reprovando de ano, uma, duas ou três vezes. Em sua pesquisa Machado (2008) relata que os alunos vão criando estratégias de ficar na escola mesmo não sabendo ler e escrever, ao se tornarem copistas, uns ficam agitados e agressivos, outros já carregam a certeza que são burros e não vão aprender. Deste modo, a autora nos provoca a pensar que a própria estrutura educacional não permite que se crie um projeto individual que dê conta de promover um processo de aprendizagem significativa para os alunos.

A autora reitera que é preciso ir contra o já instituído e não individualizar as questões de enfrentamento. Como educadores, não podemos reproduzir situações de desrespeito e fracasso escolar, para isso acontecer vê

[...] a necessidade de pensar ações que coletivizem a discussão, com a sala de aula, sobre os acontecimentos e as cenas cotidianas, como fundamental para ampliarmos as possibilidades do grupo para agir e criar nesses acontecimentos. (Machado, 2008, p. 13)

Pensar nas escolas significa, segundo Machado e Sayão (2017, p. 161):

[...] se referir às práticas de seus atores e às relações de poder e saber que se materializam nos processos formativos, na relação professor-aluno, no sistema de ensino, na definição de currículo, na concepção de desenvolvimento infantil e aprendizagem, na hierarquia, na relação dos profissionais com os familiares e responsáveis pelos alunos, nas condições de trabalho, na função da educação, nas estratégias utilizadas no cotidiano, na distribuição das verbas, na confecção das planilhas e na rotina de trabalho [...].

Em suas pesquisas, realizadas por meio de um Plantão Institucional, um dispositivo de atendimento voltado a equipes multiprofissionais, de psicólogos ou educadores que atuam em instituições públicas, nos campos da Educação, Saúde e

Assistência Social, foram analisadas as demandas do trabalho da equipe institucional, suas dificuldades e desafios vividos no cotidiano. Um espaço oferecido para constantes discussões e intervenções, possibilitando questionar práticas existentes e já naturalizadas devido à constante repetição ao longo dos tempos.

Destacam alguns princípios norteadores para a análise, dentre eles a noção de educação, na qual consideram o processo que os adultos possibilitam condições para as crianças analisarem criticamente a sociedade na qual estão inseridas.

Outro princípio é que as ações e práticas humanas não são naturais, e estão em constante produção nas relações de poder e saber, nas quais o fracasso escolar, a doença mental, o abandono e a patologização dos processos de ensino e aprendizagem são produzidos.

Durante essa intervenção, as autoras constataram que as equipes raramente discutem entre si sobre os problemas vividos e quando isso ocorre sempre é em tom de acusação se isentando de qualquer parcela de culpa, do mesmo modo se sentem desmotivados e não se reconhecem no que estão fazendo, não tendo consciência de si mesmos. São angústias, frustrações e impotência e revelam que há

[...] pouco conhecimento, por parte dos profissionais, dos textos legais que regulam e legislam a política pública e a ação naquela área específica do Poder Público. Como pretender exercer responsabilidade compartilhada ao atuar na Educação, Saúde ou Assistência Social sem ter clareza dos direitos da criança e do adolescente, explicitados em legislação específica? [...] (Machado; Sayão, 2017, p.163)

Segundo Machado e Sayão (2017), nas escolas o que está havendo é uma fragmentação do trabalho escolar e também um distanciamento no que diz respeito à atuação pedagógica, chamando atenção para a pouca ou nenhuma discussão desses fatos pela própria equipe escolar. Deste modo, os profissionais da educação frequentemente encaminham os alunos considerados difíceis ou supostamente portadores de algum distúrbio para avaliações, ressaltando a individualização e depositando no aluno as dificuldades vividas pela escola em seu processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, a possibilidade de pensar no presente está sendo o desafio de maior demanda nos atendimentos, pois os profissionais estão ficando condicionados a pensar do mesmo modo. A dificuldade de pensar nas mudanças histórico-sociais influencia a compreensão do momento atual e do futuro, na qual se pensaria em um progresso, este entendido como a possibilidade do ser humano ter consciência

reflexiva, ter um pleno domínio do que faz e com condições de refletir e agir. Com o modo de organização da sociedade o que se torna autônoma é a técnica sem reflexão.

Assim, ao desvalorizar o presente, desconsidera-se que o sujeito seja um agente de transformação. Concordamos com as autoras quando afirmam que

Essas ideias nos auxiliam a compreender a impotência e as paralisias vividas e trazidas pelos profissionais que atuam em instituições públicas que não vislumbram a dimensão política de sua intervenção e anseiam por técnicas que substituam as que conhecem e rejeitam, como, por exemplo, o psicodiagnóstico de alunos-problema. Há a expectativa de que os profissionais da universidade apresentem conhecimentos e técnicas corretas e corretivas para os problemas apresentados nas escolas e o mal-estar vivido na Educação. [...] (Machado; Sayão, 2017, p.163)

Machado e Sayão (2017) nos fazem refletir também sobre a responsabilidade compartilhada. Somos pertencentes a uma comunidade ou um grupo e considerados responsáveis por coisas que foram feitas em nome dessa comunidade. Voltando esse pensamento para a escola, somente o professor teria a total responsabilidade e poder sobre as situações vividas no cotidiano escolar, porém são muitos os atores que estão invisíveis e que também interferem na realização das atividades didáticas.

Proporcionar esse atendimento, segundo as autoras, permitiu a abrangência das suas ações, no sentido de ampliar o campo de análise dos profissionais e instituições escolares, embasar os profissionais com argumentos técnico-políticos para fortalecer as discussões e poder articular com as práticas. Deste modo, é uma forma de resistência e enfrentamento nas relações de poder/saber e da produção de sujeitos que só reproduzem e não pensam por si, assim pensar coletivo é ter

[...] Essa possibilidade de um olhar estrangeiro – fora de nós – e compartilhar as reflexões com quem não é responsável pelo atendimento direto dilata a possibilidade de estranhar o que se faz e isso é imprescindível para a desconstrução de processos de naturalização. [...] (Machado; Sayão, 2017, p.171).

2.2 Procedimentos Metodológicos

Com o objetivo de investigar quais os pressupostos de perspectivas pedagógicas que não sejam baseadas em uma educação punitivista e violenta, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica. Gil (2002) descreve a pesquisa bibliográfica como aquela elaborada com base em material já publicado, no nosso caso, foram materiais de divulgação em sites de escolas paranaenses.

Para escolher as fontes utilizamos como sistema de busca a plataforma *Google*, consultada no período de dezembro de 2023 e janeiro de 2024. A princípio utilizamos como palavras-chave: *escola acolhedora*, *educação não violenta* e *educação para emancipação*, porém tivemos dificuldades em encontrar os materiais somente com estas palavras então expandimos a busca incluindo as palavras: *Paraná*, *autonomia*, *acolhedor/acolhedora*. Selecionamos então dois projetos da rede pública e dois de escolas privadas, sendo:

- Programa escolas colaborativas da Secretaria de Educação do Paraná (<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-e-TJ-criam-Programa-Escolas-Colaborativas>);
- Regimento escolar do instituto de Educação de Maringá; (extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://ieem.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2018/09/REGIMENTO-IEEM_2018.pdf chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://ieem.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2014/02/PPP-2016.pdf);
- Maristas escolas sociais na cidade de Cascavel; (<https://maristaescolassociais.org.br/marista-escola-social-cascavel-celebra-25-anos-e-promove-educacao-emancipadora-no-oeste-do-pr/>);
- Projeto escolar do Colégio Santa Cruz de Maringá; (<https://www.colegiosantacruz.com.br/servicos/psicologia/>)

Também foram encontradas escolas da rede privada, que possuíam em seu site público indícios e/ou princípios de uma educação não violenta. Uma das escolas selecionadas possuiu a informação de filiação à federação das escolas Waldorf no Brasil, deste modo pesquisamos neste site e encontramos todas as escolas cadastradas com os pressupostos pedagógicos da pedagogia Waldorf no Brasil, por fim selecionamos seis escolas no estado do Paraná, sendo cinco localizadas na região de Curitiba e uma em Londrina.

Baseado em nossos referenciais teóricos, sobre educação para autonomia e acolhedora, fizemos uma segunda seleção das escolas, utilizando como critério palavras-chave como acolhedor/acolhedora e autonomia, que poderia nos remeter a não violência, deste modo selecionamos as seguintes escolas:

- Cordão Dourado (<https://cordaodourado.com.br/cordaodourado/>);

- Escola Waldorf Turmalina (<http://www.escolaturmalina.org.br/escola-turmalina/>);
- Jardim Magê – Molê (<https://www.magemole.com.br/>)
- Jardim Alvorecer (<https://jardimalvorecer.com.br/pedagogia/nossa-proposta/>).

Outra escola que também apareceu em nossas buscas e apresentou em seu site de domínio público e também pertence a rede privada de educação, com pressupostos de uma educação emancipadora foi a Escola Terra Firme (<https://escolaterrafirme.com.br/educacao-infantil/>).

Feitas as seleções, retomamos nossos objetivos específicos que formaram categorias que foram analisadas a partir do referencial teórico da pesquisa, investigando uma possível concepção de desenvolvimento infantil na formação para emancipação e propostas pedagógicas que possuíam como pressuposto uma educação não violenta.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Feita a seleção das fontes, tentou-se identificar propostas com pressupostos de uma educação que não seja baseada em punição e violência, realizando recortes do material divulgado no meio eletrônico que foram analisados a partir do nosso referencial teórico.

Foi encontrada uma notícia da Secretaria de Educação do Paraná junto com o tribunal de Justiça, com data de outubro de 2019, que apresenta protocolos para a criação do Programa Escolas Colaborativas, cujo objetivo foi promover, por meio de ações articuladas, a cultura da paz e da não violência pelo ambiente escolar, como mostra a imagem 1.

Imagem 1. Programas Escolas Colaborativas



Fonte: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-e-TJ-criam-Programa-Escolas-Colaborativas>

Este programa visou desenvolver diferentes estratégias de soluções para conflitos que não sejam por meio da violência e se materializou nas escolas cívico-militares.

Gerir uma escola baseada na obediência, na hierarquia, em valores morais e éticos e na meritocracia é respeitar o desenvolvimento das crianças e os direitos que são garantidos à elas no ECA? É preciso se questionar e levantar a discussão que educar para autonomia não é educar por meio de valores cívicos, mas sim estará encaminhando à criança a ser apenas obedientes às regras, ao conformismo, reproduzindo a relação de submissão da classe baixa.

Quando entramos no site da Secretaria de Educação encontramos outro programa em vigor atualmente, o programa descrito como Escola Segura (imagem 2), apresentando a proposta de promover segurança na escola por meio da presença da Polícia Militar dentro da escola, trabalhando junto com a comunidade escolar.

Imagem 2 – Programa Escola Segura

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

PIA Paraná Inteligência Artificial
Do que você precisa hoje?

Início Institucional - Programas - Conteúdo Pedagógico - Profissionais da Educação - Legislação - Municípios Ouvidor >

Programas e projetos >> Escola Segura

O QUE É?
O programa Escola Segura é uma iniciativa do Governo do Paraná, em conjunto com a Polícia Militar e as Secretarias de Estado da Educação e do Esporte e da Segurança Pública.

OBJETIVO
O objetivo é trazer mais segurança e integrar a comunidade escolar com a PM. O projeto prevê integração entre o corpo pedagógico das escolas e os policiais com foco na mediação de conflitos.

Fonte: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-e-TJ-criam-Programa-Escolas-Colaborativas>

Ao trabalhar questões de não violência e respeito, primeiro é necessário envolver toda a comunidade escolar para que, por meio do diálogo, haja discussões sobre as diversas formas que a violência se expressa, a fim de que o indivíduo se torne consciente e reconheça se está sofrendo ou agindo de forma violenta.

Colocar policiais nas escolas para promover a paz é trabalhar a consciência pelo respeito ou pela intimidação? Os modos de educar da cultura da paz, por meio de punição e imposição da disciplina sem promover a consciência é uma educação do conformismo para a adaptação. Adorno (1995) explica que a educação por meio da severidade, baseada na força e disciplina não forma uma consciência crítica e, sobre essa questão, o filósofo considera:

Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir. Tanto é necessário tornar consciente esse mecanismo quanto se impõe a promoção de uma educação que não premia a dor e a capacidade de suportá-la... [...] (Adorno, 1995, p. 128-129).

Nos deparamos com a falsa sensação de proteção ao colocar policiais dentro das escolas; será que os sentimentos dos alunos e da equipe escolar são de liberdade ou de repressão? Essa autoridade está para incentivar o desenvolvimento como um referencial e um apoio ou está para reprimir sentimentos e comportamentos?

Ao manter os alunos e professores vigiados, será que não está contribuindo ainda mais para as variadas formas de violência, como rebeldia, humilhação e agressão? Ao serem tratados com severidade, com muitas regras e práticas autoritárias, Patto (2022) explica que tais práticas contribuem para a formação de personalidades autoritárias e reprodução da violência social.

Quando os alunos tiverem algum comportamento inadequado ou desafiadores, quais atitude os profissionais irão tomar? Gritos, ameaças, castigos e punições? Se a causa deste mau comportamento não for entendida, em vez de melhorar o comportamento a criança ficará muito mais agressiva e com maior descontrole emocional. Com isso tendem a reproduzir os comportamentos quando adultos, pois não foram dadas as ferramentas necessárias para compreender o que estava havendo.

O site institucional do colégio Marista descreveu o projeto Marista Escola Social Cascavel, que atende crianças da região em situação de vulnerabilidade socioeconômica que recebem auxílio de programas governamentais para seu sustento. A proposta foi levar uma educação emancipadora para alunos da educação infantil até o ensino médio, como descrito na imagem 3.

Imagem 3. Site institucional Marista Escola Social



Fonte: <https://maristaescolassociais.org.br/marista-escola-social-cascavel-celebra-25-anos-e-promove-educacao-emancipadora-no-oeste-do-pr/>

O projeto se apresentou como uma ponte para os alunos terem oportunidades de se desenvolverem de maneira integral. Oferecer uma educação integral é considerar o aluno em todas as suas dimensões, tanto afetivas quanto cognitivas, assim é preciso oportunizar diferentes aprendizagens. Neste objetivo o projeto ofereceu a pastoral Juvenil Marista, para formação humana e amadurecimento da fé,

o futuro em quadra com oficinas de esportes, a jornada de segmento completa que acompanha o aluno no de projeto de vida, ensino médio técnico com foco em programação e desenvolvimento web e o Marista Idiomas, em que os alunos cursam o inglês, conforme descrito na Imagem 4.

Imagem 4. Descrição do projeto Marista Social –

- **Pastoral Juvenil Marista:** Espaço de formação humana e amadurecimento na fé que proporciona aos adolescentes e jovens a possibilidade de desenvolvimento integral.
- **Futuro em quadra:** Oficinas de basquete e futsal que possibilitam a junção entre desenvolvimento físico e humano aos alunos do Fundamental Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio.
- **Jornada de segmentos completa:** Acompanhamento da criança e do adolescente durante toda a jornada de projeto de vida proposta pela escola, a fim de oferecer uma educação de qualidade do Infantil até o Ensino Médio.
- **Ensino Médio Técnico:** O Marista Escola Social Cascavel é a única instituição da cidade que oferece um curso técnico integrado de informática para internet com foco em programação e desenvolvimento *web*.
- **Marista Idiomas:** Oferta de curso de inglês em contraturno escolar para os alunos a partir do 1º ano do Fundamental Anos Iniciais.

Fonte: <https://maristaescolassociais.org.br/marista-escola-social-cascavel-celebra-25-anos-e-promove-educacao-emancipadora-no-oeste-do-pr/>

É preciso se atentar se tais práticas de ensino no contraturno escolar, com alunos em vulnerabilidade socioeconômica, vão realmente somar no desenvolvimento ou reforçar as desigualdades. Contribuir com as crianças mais carentes, para que elas não fiquem marginalizadas e ocupem o tempo do contraturno com qualidade é muito mais do que pensar na oferta de uma boa estrutura física para práticas esportivas. É principalmente fornecer conteúdos que levem a criança à consciência das diversas formas de exploração e controle social para não cair no conformismo, é pensar sobre resistência, sobre combate efetivo contra a desigualdade social.

Ao oferecer a educação pelo amadurecimento da fé para os alunos em vulnerabilidade, este projeto nos remete como se a fé fosse necessária para combater a violência nos pobres. Como se eles tivessem que aceitar as condições que vivem sem questionamentos e sem pretensão de mudança de vida.

A preocupação em dar continuidade à formação deste jovem ao fornecer curso técnico traz uma contradição que, ao mesmo tempo que pretende ajudar o indivíduo a ter uma escolarização e adquirir uma profissão, vai corroborar para a formação exclusivamente técnica, baseada na preparação para a força de trabalho, que Adorno (1995) critica, das classes menos favorecidas que serão subordinadas às relações de exploração dos sujeitos.

O Regimento Escolar do Instituto de Educação de Maringá é um documento que estrutura, define e normatiza as ações da instituição e deve estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP), um conjunto de propostas e ações a serem tomadas com intuito de formar cidadãos responsáveis, críticos e conscientes que irão atuar na sociedade e apresentam projetos e atividades educacionais que farão parte dos processos de ensino e aprendizagem na escola.

Deste modo, mostra a identidade escolar, desde as características do público que ele atende e de quem trabalha, a descrição da estrutura física e também um planejamento de ações de intervenção necessárias para resolução de conflitos, para que assim a função social da escola se cumpra, que é a educação.

Durante a análise encontramos que o tema violência está presente nas discussões nas estratégias pedagógicas dos docentes como modos de enfrentamento e superação das diferentes formas de violências, e também visa mobilizar toda a comunidade escolar para propor medidas de prevenção.

No artigo 236 do regimento, o qual remete às proibições ao docente, à equipe pedagógica e à direção, no inciso III, está proibido discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar, assim como no inciso seguinte também é vedado expor colegas de trabalho, alunos ou qualquer membro da comunidade a situações constrangedoras, consideradas como formas de violência. É colocado, ainda, como um dos deveres dos pais ou responsáveis, disposto no artigo 256 deste mesmo regimento, prevenir todas as formas de violência no ambiente escolar e respeitar qualquer membro da comunidade escolar.

Ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico da instituição, foi descrito que se faz muitas discussões, estudos, reflexões e ações que visam amenizar as práticas violentas. Mas que um dos desafios a serem superados é a falta de participação da família no enfrentamento da violência escolar, e o plano de ação foi levar os pais e toda a comunidade escolar a participar de projetos, grupos de estudos acerca desta temática.

Como será que estes ambientes de discussões estão sendo organizados? Será que estão sendo planejados para uma verdadeira escuta quanto às suas dores e fraquezas que possam ser compartilhados sem julgamentos, ou, estão preparados e organizados de tal maneira para somente expor quais as regras a serem seguidas e as punições caso haja seu descumprimento? Lazzari (2013) alerta que ainda as escolas e as famílias estão com a visão do modelo da educação tradicional que tem conduzido a educação apoiada na punição em função da obediência às leis.

As famílias, os profissionais da educação e os alunos precisam de um espaço em que se sintam seguros para compartilharem suas dúvidas, inseguranças, suas fragilidades e que suas dificuldades sejam realmente ouvidas e discutidas. É necessário pensar de forma coletiva para que tenham consciência das diferentes formas de violência que estão vivenciando, do mesmo modo compartilhar experiências de vida para que pensem juntos formas de enfrentamento das situações e ao mesmo tempo fornecer elementos para reflexão sem julgamentos, sem apontar os culpados.

Ter a oportunidade de refletir a prática escolar é também refletir o fazer escolar, é resgatar, segundo Machado e Sayão (2017), o sentido atribuído ao trabalho docente e ter a possibilidade de fazer novas leituras e intervenções na realidade escolar.

Frente a essas dificuldades de aprendizado e de violência, os familiares, professores e alunos precisam pensar juntos maneiras de enfrentar essas situações, e buscar no diálogo soluções que envolvam o coletivo, mudando o foco que recai no aluno, como se ele fosse o único responsável pelo seu fracasso. Pois os pais podem se ressentir por serem chamados nas escolas apenas para ouvir sobre o mau comportamento dos seus filhos.

Outro ponto a ser discutido é sobre as condições de trabalho dos professores, que vem de um longo caminho de desrespeito a essa categoria profissional. Segundo Patto (2022), esse grande desrespeito se assume em baixos salários, má qualidade

dos cursos de formação docente e exclusão dos educadores das decisões sobre a política educacional. Tudo isso gera uma sucessão de violência contra o professor que acaba refletindo no aluno em uma má formação.

Em uma sociedade que se diz democrática, excluir os atores principais da educação nas reformas dos projetos pedagógicos feitas pelos governos, faz com que as relações escolares fiquem fragilizadas e desorganizadas e não contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, a qual hoje está baseada em índices, como se a educação fosse uma mercadoria.

O Colégio Santa Cruz, localizado em Maringá, apresentou um projeto escolar com o nome Escola sem violência. O projeto proposto, conforme descrito no site, envolve tanto a comunidade escolar, professores e funcionários quanto as famílias, para que consigam intervir em situações de violência e consigam desenvolver em todos os sujeitos envolvidos, empatia, autonomia e habilidades de resolução de conflitos. Na foto do site, apareceu uma sala de capacitação de funcionários, representada pela Imagem 5.

Imagem 5. Sala de capacitação Colégio Santa Cruz



Fonte: <https://www.colegiosantacruz.com.br/servicos/psicologia/>

Também retomamos a seguinte questão, será que essa capacitação proporcionou o diálogo e o acolhimento para o compartilhamento das dificuldades a serem enfrentadas?

Neste site encontramos também a descrição sobre a missão da escola, que é o desenvolvimento integral dos alunos, unindo conteúdo científico e formação humana, para formar pessoas críticas, conscientes e participativas. Assim como

desenvolver valores que respeitem os direitos e deveres da sociedade, liberdade de escolha e autonomia para tomar decisões respeitando o bem comum. A proposta educativa da escola, de acordo com que está descrito no site, é baseada na Proposta Educativa de Vedruna, a qual possui como elementos principais as pessoas, a sociedade e os valores. Assim, segundo o que está descrito no site, o trabalho pedagógico é voltado aos princípios éticos e possui como ponto de partida o amor e uma educação motivadora que parta de tudo o que há de positivo para desenvolver seus valores.

Consideramos importante entender o “amor” como empatia no sentido de se colocar no lugar do outro e não reproduzir as diferentes formas de violência contra o outro, sendo assim é neste sentido que a educação precisa ser conduzida. Para Adorno (1995), é contraditório uma pessoa educar no amor como produto de uma sociedade de repressão, se as condições de trabalho são marcadas pela frieza, e afirma que é preciso sim discutir sobre as formas de violência com as crianças, para que conheçam as formas de crueldade, e quando crescerem terem esse esclarecimento e não se sujeitem a determinadas situações de violência e exploração.

É necessário não se prender somente em formar valores, mas novamente se preocupar com os conteúdos que formarão estes valores. Para se ter um desenvolvimento integral do aluno é preciso que todos os conteúdos estejam interligados e não trabalhar de forma isolada, como se um não tivesse relação com o outro. Será que as escolas estão planejando suas práticas pedagógicas a fim de formar um cidadão esclarecido que pense por si só, que consiga refletir sobre sua realidade, ou estão limitando conteúdos, uma educação para o conformismo e formando cidadãos com padrões de comportamento para atender a necessidade do mercado de trabalho?

O colégio apresentou uma grande estrutura, a área interna possui salas de aula, multimídia, laboratórios de informática e ciências da natureza, biblioteca, sala de música, refeitório, salas de dança, teatro e coral, quadra de esportes coberta e parquinhos como descritos em seu site. Ter uma estrutura bem equipada e basear a educação no avanço científico, para Adorno (1995), não conduz o aluno ao esclarecimento, isso só vai ocorrer se o foco estiver no plano educacional.

A área externa, pelo que se apresentou no site, também é ampla, porém os alunos têm o mínimo de contato com a natureza e seus elementos, os brinquedos apresentados são os tradicionais, deste modo as crianças têm pouca possibilidade de explorar a natureza e seus elementos e construir hipóteses e desenvolver a imaginação.

Vemos nas imagens disponíveis no site, imagens 6, 7 e 8, que os alunos da educação infantil não têm nenhum brinquedo na parte externa que tenha contato com elementos da natureza, o ambiente é pouco amplo dando a sensação de enclausuramento, a grama que tem no espaço é artificial como mostrou a figura e os brinquedos são tradicionais com pouca possibilidade de estimular a imaginação e criatividade, como mostraram as imagens 9 e 10.

É na primeira infância que as crianças precisam deste contato direto com a natureza sendo a escola a instituição que precisa proporcionar estas experiências que desenvolvem a criatividade e despertam o interesse da criança. Mas ter o acesso à natureza não é garantia de não ter uma prática não violenta.

Imagem 6. Parquinho externo 1 do colégio Santa Cruz



Fonte: <https://www.colegiosantacruz.com.br/infraestrutura/>

Imagem 7. Parquinho externo 2 do Colégio Santa Cruz



Fonte: <https://www.colegiosantacruz.com.br/infraestrutura/>

Imagem 8. Parquinho externo 3 do Colégio Santa Cruz



Fonte: <https://www.colegiosantacruz.com.br/infraestrutura/>

Imagem 9. Parquinho coberto Colégio Santa Cruz



Fonte: <https://www.colegiosantacruz.com.br/infraestrutura/>

Imagem10. Brinquedoteca do Colégio Santa Cruz



Fonte: <https://www.colegiosantacruz.com.br/infraestrutura/>

Vivemos hoje um modelo de trabalho capitalista que divide a sociedade em diferentes classes sociais, exige cada vez mais esforço do sujeito para manter uma qualidade de vida mínima. Como resultado, as pessoas se sujeitam a cargas exaustivas de trabalho, consequentemente destinam pouco tempo ao lazer com seus filhos ao ar livre no contato com a natureza e seus elementos.

Como dar conta dos conteúdos que trabalham o meio ambiente se a própria escola não tem espaço com elementos naturais? A criança precisa vivenciar e experimentar os elementos da natureza, manipulando objetos. Junto com a mediação e orientação do professor o aluno vai elaborar suas hipóteses e construir seu conhecimento, as práticas pedagógicas que não contemplam essa experiência não serão significativas no processo de ensino e aprendizagem.

Quando os brinquedos já vêm prontos, as crianças perdem a capacidade de elaborar pensamentos mais complexos, como a criatividade e imaginação, perdem a liberdade de brincar livre.

A Escola Cordão Dourado se apresentou, nas descrições do site, como um ambiente permeado de carinho, aconchego e proteção, por meio de uma atuação amorosa dos adultos. Sabemos que para se ter uma educação não violenta é necessária uma atuação com mais calma, paciência e empatia, porém não podemos perder de vista que as crianças precisam também de orientações que desenvolvam as suas potencialidades. Porém, estar em um ambiente permeado de carinho não é garantia de aprendizado se não tiver qualidade de conteúdo, muitas vezes a preocupação com a forma é maior que o conteúdo e deste modo a aprendizagem

acaba em segundo plano. Precisamos refletir sobre como é ter uma atuação amorosa; se no ambiente escolar não tiver um espaço formativo para o professor.

Hoje vemos que muitos professores para ter um salário digno precisam dobrar turnos para manter suas condições objetivas de vida. Como a escola pode dar um suporte necessário para que o professor consiga estar bem emocionalmente para estar atuando em sala com amor? Será que o professor ao se deparar com uma dificuldade do aluno vai ter tempo para elaborar uma estratégia pedagógica e trabalhar o conteúdo de uma forma diferente para que aquele aluno entenda?

A escola Cordão Dourado, em seu site, apresentou sua estrutura externa ampla, na qual as crianças possuem contato direto com a natureza e podem manipular seus elementos como pedras, sementes, areia e outros, muitas vezes eles mesmos fabricam seus brinquedos e podem brincar livremente, estimulando o desenvolvimento dos sentidos e aprimorando a coordenação motora, como descrito nas imagens 11, 12 e 13.

Imagem 11. Área externa da escola cordão Dourado



O brincar e os brinquedos

Os brinquedos são aqueles oferecidos pela natureza (tocos de madeira, bambu, cocos, panos de algodão e lã) ou

confeccionados de maneira simples, com o intuito de desenvolver forças de fantasia e criatividade. Brincar livremente, correr, saltar, subir, descer, pisar na areia, na grama, na terra... Experimentar, conquistar por si, desenvolvendo assim os sentidos e aprimorando a coordenação motora.

Fonte: <https://cordaodourado.com.br/cordaodourado/>

Imagem 12. Quintal da Escola Cordão Dourado



O Ritmo

As crianças vivenciam intensamente as estações do ano e suas festas. No dia a dia ajudam na preparação do lanche, participam de rodas rítmicas, pintura em aquarela, desenho com giz-de-cera de abelha, trabalhos manuais e iniciação musical. Os contos de fada e os teatrinhos completam esse ambiente infantil, cheio de fantasia, tão importante

para o desenvolvimento saudável da criança de 2 a 6 anos.

Fonte: <https://cordaodourado.com.br/cordaodourado/>

Imagem 13. Área externa Escola Cordão Dourado

O Cordão Dourado



O ambiente é físico e animicamente semelhante ao familiar. Tudo o que envolve a criança é estruturado de tal maneira que estimule a imaginação construtiva. O dia a dia transcorre permeado de carinho, calor, aconchego e proteção, por meio da atuação amorosa dos adultos.

"Se a criança é capaz de se entregar por inteiro ao mundo ao seu redor em sua brincadeira, então em sua vida adulta será capaz de se dedicar com confiança e força a serviço do mundo".

– Rudolf Steiner

Fonte: <https://cordaodourado.com.br/cordaodourado/>

É necessário sim valorizar a brincadeira na primeira infância, um elemento de desenvolvimento importantíssimo, como o brincar. Esta atividade lúdica auxilia na socialização, assim como desenvolve habilidades motoras, cognitivas, afetivas e emocionais. Permitir que a criança brinque nos espaços escolares é garantir que seus direitos não sejam violados. O que não pode acontecer é brincar sem o planejamento escolar, neste caso, quando não há uma intencionalidade pedagógica não contribui

para o desenvolvimento das crianças se tornando uma atividade vazia, sem possibilidade de proporcionar a formação de sua subjetividade.

A escola Waldorf Turmalina descreveu em seu site valores que permeiam a educação das crianças, como gratidão, verdade, amor, confiança e liberdade do pensar, descritos na Imagem 14. Apesar de não descrever diretamente sobre educação não violenta, pressupomos diante desses valores apresentados que a educação se baseia em uma educação não violenta.

Imagem 14. Site de apresentação da Escola Turmalina



A Escola Waldorf Turmalina nasceu em 1993, em Curitiba (PR), por iniciativa de um grupo de pais que estudavam a Antroposofia e suas recomendações para implantação de uma escola de Ensino Fundamental da Pedagogia Waldorf. Desde então, é uma escola sem fins lucrativos, mantida pelos pais por meio da **Associação Pedagógica Antroposófica Turmalina (APAT)**. Oferece Educação Infantil, para crianças a partir de 2 anos de idade, e Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano.

Nossa missão

Proporcionar educação às crianças e aos jovens a fim de encaminhá-los ao atuar responsável, ao sentir equilibrado e ao pensar livre, por meio da Pedagogia Waldorf, fundamentada na Antroposofia.

Nossa visão

Cultivamos o potencial de crianças e jovens para seu atuar saudável no mundo atual.

Nossos valores

Gratidão, verdade, amor, confiança, liberdade do pensar.

Fonte: - <http://www.escolaturmalina.org.br/escola-turmalina/>

Assim como já foi discutido, ao se falar do amor é preciso deixar claro que este não deve ser no sentido romântico, mas sim o da empatia, de colocar-se no lugar do outro e se identificar no outro e quando fazemos isso subentende-se que vamos tratar o outro de uma forma não violenta. Qual é esta confiança que será desenvolvida se na sociedade em que vivemos ainda ocorrem diversas formas de violência contra as pessoas?

Diante do exposto no site, essa é uma visão bem idealizadora de se “vender” uma educação romântica, é um juízo de valor. Será que uma proposta pedagógica para emancipação deveria se basear nestes valores? Segundo Adorno (1995, p. 135-136),

O incentivo ao amor – provavelmente na forma mais imperativa, de um dever – constitui ele próprio parte de uma ideologia que perpetua a frieza. Ele combina com o que é impositivo, opressor, que atua contrariamente a capacidade de amar [...].

Assim a preocupação deve ser voltada primeiro em promover práticas educacionais que desenvolvam a consciência de si e do mundo apoiada nos conteúdos científicos e não em juízo de valores.

Outro valor que foi descrito é a verdade, mas qual verdade vai nortear o ensino, sabendo que não há verdades absolutas, sabendo que há diferentes visões de mundo? Como as crianças vão decidir qual é a sua verdade se não conhecerem outras que não foram apresentadas a elas? Como encaminhar a criança de forma responsável e saudável para atuar em um mundo onde a sociedade é exigente e opressora?

Como pensar em formar um cidadão com potencial para atuar de forma saudável no mundo atual se o modo como a sociedade está estruturada não é saudável, e sim uma configuração de exploração? Ou seja, ao educar um indivíduo pautado na liberdade, na gratidão, na confiança, ao se deparar com o mundo, vai precisar se adaptar e se encaixar nos padrões que o mercado de trabalho e as relações sociais exigem.

A escola Magêmolê descreveu em seu site que a educação é para formar crianças com valores e princípios para uma vida equilibrada e sociável, com respeito à diversidade. Fala sobre desenvolver para a autonomia, inteligência emocional e criatividade, com comunicação e adaptabilidade, para que não tenha dificuldade de se inserir em ambientes diferentes sempre com respeito, conforme a imagem 15.

Imagem 15. Página inicial do site da Escola Magêmolê



Fonte: <https://www.magemole.com.br/>

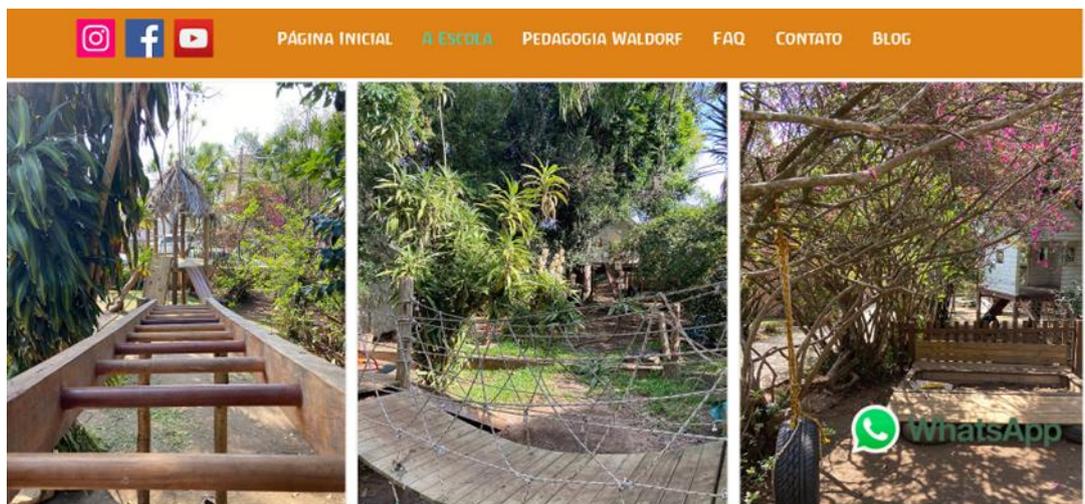
Quando foram citados os valores e princípios voltamos para uma contradição já discutida anteriormente, formar para a autonomia ou formar para se adaptar à sociedade? Nossa sociedade não está configurada para o cidadão autônomo,

esclarecido, mas o modo capitalista operante na sociedade que vivemos exige do cidadão resultados e ele terá que se submeter às diversas formas de exploração.

A escola apresentou quatro pilares de referências para o ensino em busca de desenvolver crianças com habilidades e autonomia que são: o brincar livre, ambiente, alimentação e ritmo. Voltamos mais uma vez nossa reflexão ao ensino baseado em valores, amor e carinho, o qual não pode ser confundido com omissão de fatos para que sejam evitados conflitos e questionamentos, mas sim a apresentação de forma democrática de todas as visões de mundo, para entender como se dão as relações socioeconômicas da sociedade na qual a escola está inserida.

A escola Magêmolê possui um grande ambiente externo descrito em seu site, o amplo espaço verde é constituído por muitas árvores frutíferas com as quais as crianças têm contato direto, podendo explorar suas texturas, sabores, cores e sons, as crianças conseguem ter essa experiência de colher as frutas direto do pé e entender todo o cuidado que precisam ter com a natureza. O parquinho também é estruturado com elementos fora do modelo tradicional como cordas e pneus, balanços nas árvores, canos como escorregador, pontes, casinha e outros brinquedos feitos com galhos de árvore, na grama e na areia, para terem essa experiência direta com os elementos da natureza, como mostra a imagem 16.

Figura 16. Espaço externo da Escola Magêmolê



Fonte: <https://www.magemole.com.br/>

Deste modo, por mais amplo que o espaço seja, a criança vai brincar livre e desenvolver suas potencialidades, mas será que as atividades possuem conteúdos e conexões que levam a criança a entender suas relações? Patto (2022) alerta que é preciso ter clareza das relações entre os procedimentos propostos e os objetivos

específicos que quer atingir, ou seja, o objetivo de aprendizagem que o professor quer atingir deve ser compatível com a atividade proposta ao ar livre.

Por mais que o espaço seja amplo com elementos a serem explorados, que já é um grande avanço, mediante as informações disponíveis no site, será que a criança terá esse tempo para ir explorar esse ambiente, frente a muitos currículos conteudistas? Irá desenvolver sua criatividade e inteligência, confiança, formar-se para a autonomia se não houver questionamentos de uma sociedade que explora o meio ambiente mesmo com o avanço da tecnologia?

Analisando o site da Escola Jardim Alvorecer, situada na cidade de Londrina no Paraná que atende crianças de 2 a 6 anos de idade, sua proposta pedagógica foi fundamentada da Pedagogia Waldorf, que busca o equilíbrio nas possibilidades de desenvolvimento do pensar, sentir e agir, respeitando as fases e a individualidade de cada criança e descrita como uma extensão do próprio lar. É descrito como um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento, assim como vimos na imagem 17.

Imagem 17. Proposta jardim Alvorecer

NOSSA PROPOSTA

A proposta pedagógica do Jardim Alvorecer fundamenta-se na Pedagogia Waldorf. Tal Pedagogia busca o equilíbrio nas possibilidades de desenvolvimento do pensar, sentir e agir, respeitando as fases e a individualidade de cada criança. Recebemos as crianças em um ambiente propício para o desenvolvimento e acolhedor, como uma extensão do próprio lar.

Trabalhamos com duas turmas mistas.

– o **maternal** recebe crianças de 2 a 4 anos.

– o **jardim** atende a crianças de 4 a 6 anos.

Fonte: <https://jardimalvorecer.com.br/pedagogia/nossa-proposta/>

Precisamos refletir quando a escola destaca ser uma extensão do próprio lar, sem discutir como garantir uma educação sem violência dentro e fora dos lares. Escolas e casas têm sido ambientes saudáveis para as crianças? Neles estão sendo extintas as diferentes formas de violência? Será que as famílias também são acolhidas de forma respeitosa indiferente de sua configuração? Pois sabemos que as diferentes configurações familiares recebem muitas críticas da sociedade que almeja a famosa configuração da “família tradicional”.

Quando a escola propõe uma educação que respeita as fases e a individualidade das crianças, é preciso entender como a escola lida quando se depara com as dificuldades de aprendizado. Será que organizam estratégias pedagógicas diferentes, envolvendo uma discussão com todos os profissionais envolvidos no processo, ou buscam classificar e rotular suas dificuldades encontrando soluções em diagnósticos de transtornos de comportamentos? Estamos limitados ao que o site apresenta, logo não temos informações mais aprofundadas.

A estrutura externa da escola também é ampla e com contato com a natureza, tem pomar, horta e jardim, conforme a imagem 18 e 19. Estimula as atividades do brincar livre para adquirirem domínio de movimentos e equilíbrio. Como já analisamos, o amplo espaço é fundamental para o desenvolvimento, porém não pode ser por si só, deve ser permeado por reflexões e das interrelações com conteúdo para fazer sentido para a criança

Imagem 18. Apresentação da Escola

A ESCOLA

O Jardim Alvorecer é um CEI (Centro de Educação Infantil) que se baseia na Pedagogia Waldorf. Recebe crianças de 2 a 6 anos e proporciona uma experiência escolar diferente da tradicional. O espaço é permeado pela arte, por uma alimentação saudável e a natureza é abundante. A escola iniciou suas atividades em fevereiro de 2017 e tem capacidade para receber até 40 crianças.

Propicia um desenvolvimento orgânico, respeitando a individualidade de cada criança. Onde o cultivo das atividades do pensar se inicia com o exercício da imaginação e o brincar é vivenciado em meio à natureza.



Fonte : <https://jardimalvorecer.com.br/pedagogia/nossa-proposta/>

Imagem 19. Parque da Escola Jardim Alvorecer



– Fonte: <https://jardimalvorecer.com.br/pedagogia/nossa-proposta/>

A escola Terra Firme, localizada em Curitiba, apresentou no início do site em seu discurso, o primeiro foco na educação infantil é o acolhimento de seus alunos, transparecendo uma escola com a equipe baseada no respeito e não violência, na qual possui um ambiente em que aluno se sinta respeitado, conforme imagem 20. Traz também uma frase sobre autonomia, na qual, para ser um sujeito inteiro, questionador e pensante é necessário ter autonomia. Quando a escola afirma que é guiada pelo afeto, paramos para pensar, este afeto deve ser no sentido de afetar a criança de forma que mobilize seu desenvolvimento e sua aprendizagem, não podendo ser confundida com afetos de sentimentos. Será que as práticas pedagógicas são pensadas para afetar e fazer com que o aluno trabalhe suas potencialidades?

Imagem 20. Página de abertura do site Escola Terra Firme



O primeiro foco é o acolhimento. Toda a equipe da Escola Terra Firme é preparada para acolher a criança, que aprende por meio do corpo e, como tal, irá testar, sentir, cheirar, viver com tudo e com todos no seu novo mundo, guiada pelo afeto. Suas vivências serão lúdicas e registradas por histórias, relatos e jogos simbólicos, que retratarão o seu desenvolvimento.

Com base em Piaget, a ação do sujeito sobre o objeto do aprender é utilizada pedagogicamente. O sujeito tem ação sobre o objeto e, nessa ação, vai reconstruir o saber no confronto com o meio.

“A autonomia nos leva a ser sujeitos inteiros, questionadores e pensantes.”

Sandra Cornelsen

Fonte: <https://escolaterrafirme.com.br/educacao-infantil/>

Baseia-se em Piaget, na qual o sujeito se desenvolve na interação com objeto. Também apresentou o discurso de desenvolver nos alunos o pensamento crítico por meio da metodologia por projetos, também nos chama atenção pois neste método os alunos pesquisam e juntos com outros alunos e o professor, buscam coletivamente desenvolver o aprendizado e o respeito com o outro.

Por um lado, essa metodologia é muito interessante pois ajuda os alunos a trabalharem com o coletivo, aprendendo a conviver com as diferenças e resoluções de conflitos, porém ao mesmo tempo é contraditório, quando nos deparamos com uma sociedade cada vez mais individualista, baseada na meritocracia, onde seu sucesso só depende de você e de seus esforços e não oferece oportunidades para todos, levando as pessoas serem concorrentes umas das outras.

Nas limitações que temos, ao analisar somente o que o site disponibiliza e não participar e conhecer da realidade das escolas, é preciso refletir, será que realmente estamos caminhando para formar um indivíduo para a organização socioeconômica que temos hoje? O eixo temático da escola do ano de 2023, apresentado na imagem 21, mostra a “ação”, “movimento” e “transformação” como pontos de partida para a escolha dos projetos para que façam sentido para os alunos e consigam se desenvolver.

Imagem 21. Eixo Temático escola Terra Firma

Eixo Temático 2023

Durante a Semana Pedagógica, o corpo docente da Escola Terra Firme se reuniu para construir o Eixo Temático, que será a referência dos projetos de pesquisa e aprendizado desenvolvidos durante o ano de 2023.

O ponto de partida foi a ideia de renovação e as palavras “ação”, “movimento” e “transformação” foram lembradas. O grupo compreendeu que, por meio das individualidades, estava falando da coletividade, da percepção de que cada pessoa faz parte de uma corrente e que a construção de uma realidade melhor só acontece com a ação coletiva, visando o todo, em uma escola aberta para o mundo.

Nesse contexto, entrou em pauta o tema da experiência como fator fundamental para que as aprendizagens tenham sentido. E, desse modo, a palavra, “sentido”, foi abordada em alguns de seus significados: experimentar o mundo por meio dos sentidos, pela experiência que atravessa aqueles que aprendem e fica gravada na memória individual e coletiva... porque faz sentido!

Fonte: <https://escolaterrafirme.com.br/educacao-infantil/>

O modo de estudo na qual o aluno participa individual ou coletivamente da definição do seu programa de estudos, onde o aluno vai conseguir ver o resultado das

decisões na escola pode acabar se convertendo em uma fachada aparente e quando esses alunos chegarem ao mercado de trabalho serão usados para o interesse de poucos, pois estamos presos na organização de uma sociedade capitalista. Será que ao mesmo tempo que a escola prepara esses alunos para pensar por si também consegue em suas práticas contemplar todos os modos de exploração que somos sujeitados, ou mostra somente o que é bom, o que dá certo?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa tivemos como objetivo investigar pressupostos de perspectivas pedagógicas que não sejam baseadas em uma educação punitivista e violenta. Para isso, norteamos nossas análises e discussões referente à formação humana e educação não violenta em nosso referencial teórico.

Diante dos materiais analisados, não encontramos nenhuma proposta pedagógica que apresente um projeto específico de uma escola que não trabalha com formas de punições e práticas não violentas. O que encontramos foram projetos que visam diminuir a violência nas escolas, ligados às questões de segurança, dispendo de critérios para tentar deixar a escola mais segura.

Nos chamou atenção a evidente diferença da menor quantidade de propostas e projetos na rede pública do que na rede privada de educação. Nos faz acender um alerta da preocupação e o maior investimento de uma educação mais acolhedora e não violenta está para a rede privada, sendo que a maioria das crianças que estão matriculadas na educação básica estão na rede pública de educação. Isto demonstra que a melhor educação está sendo disponível para poucos, evidenciando cada vez mais as diferenças de classes e que a instituição pública forma para a classe trabalhadora que detém a mão de obra.

Outro ponto é a contradição que observamos, que para a rede privada a preocupação em oferecer uma educação mais respeitosa, baseadas em teorias e estudos para desenvolver a autonomia na criança é como se não houvesse violência nas escolas privadas. Já nas escolas públicas estão sendo ofertados projetos de combate à violência, de repressão dos sentimentos e comportamentos, encaminhando para uma semiformação, reforçando cada vez mais as diferenças de classes e as desigualdades sociais e isso não condiz com a nossa realidade.

Quando buscamos as propostas a partir das palavras-chave, *escola acolhedora*, *educação não violenta*, *educação para emancipação*, em escolas paranaenses percebemos o quão difícil e escasso foi encontrar projetos e escolas, mesmo nas amostras analisadas que apareceram na propaganda das escolas a palavra acolhedora e emancipatória, não fica evidente que não tem uma educação baseada nas práticas punitivistas e isso não é garantia de uma educação não violenta.

Nos deparamos com espaços de conversas que são oferecidos para falar sobre a temática violência, mas não ficou claro que estavam sendo ofertados para um diálogo mais aprofundado com debates sobre as práticas punitivistas e violentas, mas sim para uma escuta sobre o tema. Para se tornar significativas essas discussões e poder refletir no cotidiano da escola é preciso um espaço de verdadeira escuta e acolhimento para planejar estratégias sobre formas não violentas de educação, sem julgamentos e punições

Também percebemos em nossa análise que o que mais apareceu foram escolas que têm em suas imagens um grande espaço externo, com atividades e espaço físico mais próximo à natureza. Não foi apresentada uma análise mais aprofundada e fundamentada teoricamente sobre uma educação não violenta, mas apenas a preocupação de colocar a criança em contato com a natureza, o que pareceu ser um aspecto importante para o desenvolvimento infantil, porém não garante uma educação sem violência.

Em contrapartida, pudemos ver, por meio das seleções de imagens, uma proposta que investiu em tecnologia com equipamentos e materiais já prontos, e apresentou um ambiente externo que não possui elementos da natureza, um ambiente que mais se parece com um aprisionamento, como uma forma de conter e regular comportamentos. Entendemos que estes aspectos também da mesma forma não garantem uma educação com práticas não violentas.

Pontos em comum foram identificados entre algumas escolas, que nas descrições de seus sites pautam seus princípios educacionais em valores, dentre eles destacamos o amor, constituindo-se como uma educação romântica. Este discurso não vai garantir que na escola não tenham práticas educacionais não violentas, é preciso sim ter afeto pois fortalece o vínculo de confiança com atitudes mais respeitadas.

Outro ponto em comum que apareceu nos recortes foi o brincar. O foco do aprendizado da criança no brincar, apesar de garantir um dos direitos fundamentais da criança, não evidencia uma proposta educacional que não se baseia nas ameaças e práticas de punição. Oferecer um espaço amplo e permitir a brincadeira não é garantia de uma educação não violenta.

Estamos vivendo em um contexto permeado pela violência, pela frieza nas relações, indiferença em relação à dor do outro, relações familiares autoritárias, nos

modos de exploração do trabalho e até mesmo nos ataques violentos em escolas, no aprisionamento de alunos em diagnóstico, nos modos de ensino por meio da repetição, ameaças e na obediência, e tantas outras formas. É preciso entender que ao invés de investirmos em segurança, na imposição, no medo, é fundamental uma mudança de pensamento que refletirá no modo de agir.

A educação vem passando por muitos enfrentamentos, ora com conteúdos reducionistas que não levam o aluno a ter consciência verdadeira da sua realidade levando ao conformismo, ora na falta de valorização dos profissionais da educação que estão cada vez mais sobrecarregados, em péssimas condições de trabalho, por falta de recursos, baixos salários e na busca de cumprir metas, caracterizando a educação como uma mercadoria.

Diante disso, é primordial investir em estudos e pesquisas no desenvolvimento infantil, em como a criança aprende, pois é na primeira infância que são constituídas as bases afetivas e cognitivas fundamentais que serão levadas por toda a vida e por isso precisam receber uma educação que vise evitar a repetição da extrema violência.

Acreditamos que é preciso promover formações e discussões a favor de uma educação humanizadora que visa construir caminhos e estratégias para o enfrentamento das diferentes situações de violência. É preciso lutar para que essa educação chegue a todos, que não seja privilégio de uma minoria. Mas somos cientes que enquanto persistirem as condições sociais e materiais objetivas que geram a semiformação não teremos condições concretas para a transformação social, mas buscamos nas contradições brechas para lutar a favor da vida.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 169 -185.

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 119 -138.

BECKER, Daneil; SOLÉ, Dirceu; TING, Emmalie; et al. **Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes**. Manual de orientação: grupo de trabalho em saúde da natureza. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

CHRISTOFAR, Ana Carolina. Medicalização na infância: disciplinamento, controle e punição. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, n. Especial, v. 24, p. 685-713, 2022.

CORDÃO Dourado. Disponível em: <https://cordaodourado.com.br/cordaodourado/>. Acesso em: 8 Jan. 2024.

ESCOLA sem violência. **Colégio Santa Cruz de Maringá**. Disponível em: <https://www.colegiosantacruz.com.br/servicos/psicologia/>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

ESCOLA Terra Firme. Disponível em: <https://escolaterrafirme.com.br/educacao-infantil/>. Acesso em: 8 Jan. 2024.

ESCOLA Waldorf Turmalina. Disponível em: <http://www.escolaturmalina.org.br/escola-turmalina/>. Acesso em: 8 Jan. 2024.

JARDIM Alvorecer. Disponível em: <https://jardimalvorecer.com.br/pedagogia/nossa-proposta/>. Acesso em: 8 Jan. 2024.

JARDIM Magê – Molê. Disponível em: <https://www.magemole.com.br/>. Acesso em: 8 Jan. 2024.

LAZZARI, Márcia Cristina. Criança mal criada: a educação que violenta. **Verve**, 23: 83-96, jul./jul., 2013.

LUNARDELLI, Aline Frollini; WATANABE, Bárbara Yuka Moraes; ANJOS, Julia Gardini dos; SILVA, Sarah Emily Alves da. **Por uma Educação não violenta: criando**

espaços de escuta e acolhimento junto a famílias de crianças do ensino fundamental. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba – Paraná, 2023.

MAAR, Wolfgang Leo. À Guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa *In: ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação.* Tradução Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 11 -28.

MACHADO, Adriana Marcondes. **A produção de desigualdade nas práticas de orientação.** Faculdade de Educação da USP: São Paulo, 2008.

MACHADO, Adriana Marcondes. Perdas e apostas na luta contra o silenciamento presente no processo medicalização. **Revista entre ideias**, Salvador, n. 1, v. 3, p. 111-123, jan./jun. 2014.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Novos modos de vigiar, novos modos de punir: A patologização da vida. **Educação, Sociedade & Culturas**, Nº 57, p. 31–44, 2020.

MACHADO, Adriana Marcondes, SAYÃO, Yara. Plantão Institucional em tempos difíceis: uma prática psi no campo da Educação. *In: MACHADO, Adriana Marcondes (org.) Conceções e Proposições em Psicologia e Educação: a trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.* São Paulo: Blucher, p. 159-171, 2017.

MARISTA escolas sociais na cidade de Cascavel. **Marista Escolas Sociais.** Disponível em: <https://maristaescolassociais.org.br/marista-escola-social-cascavel-celebra-25-anos-e-promove-educacao-emancipadora-no-oeste-do-pr/>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

PATTO, Maria Helena Souza, Mordaças sonoras: a Psicologia e o silenciamento da expressão *In: PATTO, Maria Helena Souza Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia.* São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022, p.87-98.

PROGRAMA escolas colaborativas. **Secretaria de Educação do Paraná.** Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-e-TJ-criam-Programa-Escolas-Colaborativas>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

REGIMENTO escolar. **Instituto de Educação de Maringá.** Disponível em: extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://ieem.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2018/09/REGIMENTO-IEEM_2018.pdf chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://ieem.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2014/02/PPP-2016.pdf. Acesso em: 29 Jan. 2024.

VENEZA, Pérola Roberta da Silva; Viégas, Lygia de Souza. O diagnostico de transtorno de déficit atenção/hiperatividade (TDAH) na vida de uma criança: Um estudo de caso. **Educação, Sociedade & Culturas**, (57), 45–64, 2020. DOI:

10.34626/esc.vi57.12. Disponível em: <<https://ojs.up.pt/index.php/esc-ciiie/article/view/12>>. Último acesso em: 28 de fev. de 2024.